

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE CONTADORES 2010

Aos vinte e quatro dias do mês de junho de dois mil e dez, às nove horas, reuniram-se no Anfiteatro Tranquilo Dognini, na cidade de Vidal Ramos, os membros do Concontábil para Assembléia Geral Ordinária. Deu início aos trabalhos do dia o Coordenador do Concontábil, Darci Weber. Chamou para compor a mesa o Prefeito de Vidal Ramos, Valmor, o Secretário de Administração de Vidal Ramos, Edilson, o Contador de Vidal Ramos, João, o Assessor Contábil da AMAVI, Valmir Batista. Darci agradeceu a presença de Arlete, Tesoureira de Vidal Ramos. Logo após o Prefeito Valmir deu boas vindas a todos. Comentou sobre a questão cultural do município, especificamente na área musical. Relatou a importância do Contador na gestão pública. Após o Secretário Edilson relatou que a contabilidade é a fonte do planejamento, sendo fundamental a troca de experiência para melhorar a prestação de serviços dos contadores. Logo após, João falou sobre a visita a empresa Votorantin no período da manhã e almoço marcado para as treze horas. Darci falou sobre os assuntos a serem tratados na reunião. Comentou que nos dias um e dois de junho houve a reunião de colegiado dos contadores e controladores da FECAM em Rio do Sul, sendo falado sobre a base de cálculo do PASEP. Darci questionou se todos receberam a tabela enviada pelo mesmo sobre o assunto. Comentou que do total das receitas subtrai-se retorno de FUNDEB e despesas de Consórcios de Saúde pelo valor empenhado nos elementos 3171, 3371 e 4471, receitas de operação de crédito e receitas de alienação de bens. Valmir salientou que será feito estudo com órgãos competentes os quais emitirão parecer e será discutido com o grupo de contadores em reuniões futuras. Valmir disse que dias dezoito e dezanove de agosto em Lages terá o próximo encontro de colegiado, onde possivelmente já se tenha uma posição sobre o assunto. Darci disse ter optado por esta forma de cálculo e alertou sobre possíveis auditorias, que poderão acarretar no parcelamento de débitos futuros. O Contador Klei questionou que o PASEP de Rio do Sul já é uma quantia alta. O mesmo questionou o destino deste recurso. Valmir disse que será pesquisado para se descobrir o real investimento deste. Nilson comentou que há eventos na folha de pagamento que se desconta INSS e outras não. Sugeriu ver o que realmente se deve pagar. Darci sugeriu padronizar mas salientou que há divergências devido a regime próprio de previdência e legislação municipal. Após Valmir comentou sobre as reuniões da FECAM onde cada grupo estuda e apresenta, sugerindo fazer este tipo de estudo com o Concontábil. Valmir disse que estes grupos da FECAM estão atualmente pesquisando regulamentação de consórcios públicos. Darci falou sobre a COSIP, dizendo que a forma de contabilizar é que se empenhe pelo valor bruto e lance integralmente a receita. Valmir pediu para verificar o convenio, buscando o recebimento e empenhamento de forma correta. Darci falou sobre convênios da CELESC, que passam ao município a responsabilidade de destinação ao lixo ocasionado pela manutenção da iluminação pública. Darci comentou que futuramente esta não terá interesse em arrecadar e fazer manutenção. Valmir comentou sobre Publicidade, citando a Lei 12.232/10, sendo esta bastante complexa. Nela menciona a contratação de agencia de publicidade. Darci comentou que quando se refere a apenas anuncio em radio não haverá necessidade de contratação de empresa, mas havendo mais serviços de publicidade haverá necessidade de contratar empresa. Para atos oficiais é dispensado. Após foi falado sobre a contabilização de salário família. Não é considerado despesa de pessoal. O contador Ademir questionou qual o procedimento correto a fazer. Nilson sugeriu criar conta salário família dentro do ativo circulante. Citou como exemplo: um funcionário com 1.000,00 de proventos, sendo 200,00 de salário família, e 800,00 demais proventos. Fazer cheque de 1000,00 e empenho de 800,00. Fazer transferência do caixa para a conta salário família no valor de 200,00. Se o recolhimento da previdência totalizou 500,00, fazer cheque de 300,00 para a previdência e dar baixa no empenho e 200,00 do salário família dar baixa na conta criada no ativo circulante. Não contabilizando assim a despesa de pessoal, sendo esta uma despesa do governo federal. Darci sugeriu formar um grupo de estudos para tratar este assunto. Logo após todos os membros presentes se dirigiram a empresa Votorantin para uma visita. Após retorno à reunião, Darci falou sobre DCTF. Valmir e Darci conversaram com Valda, funcionária da Unidade da Receita Federal de Rio do Sul, e esta orientou que entidades sem movimento podem transmitir a DCTF uma vez por ano, no período de dezembro, informando de forma zerada. Começar neste exercício. O Contador Gerson questionou sobre a certificação digital. Darci disse para fazer a certificação no momento em que precisar. O Contador Ivo

comentou que a Câmara não possui movimento mas precisa transmitir mensalmente pois a ausência ocasionará multa. Darci também questionou sobre a transmissão da GFIP. Os Fundos criados antes de 1999, fazer GFIP sem movimento referente a janeiro de 1999. Só transmitirá de novo quando houver movimento. Para os Fundos criados após 1999, fazer no mês e ano em que ocorreu a Lei de Criação, também sem movimento, só fazendo novamente na época em que houver movimento. Esta informação foi feita por Sandra e Isabel, funcionárias da Unidade da Receita Federal. Darci mencionou que Valda sugeriu enviar e-mail para ela solicitando um auditor fiscal para vir em uma reunião ministrar uma palestra esclarecendo assuntos referente a INSS. Klei e Jairo sugeriram que o auditor deveria vir preparado para o assunto. Após Darci distribuiu informativo sobre Dívida Ativa com a Receita e entregou à alguns membros presentes. Valmir comentou que os membros do colegiado da FECAM decidiram ir ao TCE para questionarem a solicitação excessiva de documentos feitas pelo mesmo em relação a PCA's. Klei falou sobre itens solicitados nos PCA's a Rio do Sul, sendo 12 itens, entre eles: diárias; adiantamentos; leis de convênios e subvenções, tendo prestação de contas de cada parcela repassada; multas de trânsito; ressarcimento de danos causados a terceiros. Klei comentou que estará a disposição para maiores informações caso alguém queira maior detalhes sobre este assunto. Após Valmir comentou sobre os pareceres que os Controladores devem emitir sobre Atos de Pessoal, conforme IN 08/10, incluindo também aos funcionários ACT's. Valmir informou que a AMAVI disponibiliza documentos dos colegiados no site. Comentou também sobre o Prejulgado 2040, onde relata o repasse para 2010 em 8% para a Câmara. Darci comentou sobre a estimativa de arrecadação do FEP, o qual, para 2011, será maior. Nilson questionou se o Estado realmente repassa o que é devido aos municípios. Valmir comentou sobre as informações anuais que os municípios possam informar a AMAVI, para se ter comparativos entre estes. Falou sobre as audiências públicas e seus relatórios, propondo uma padronização destes, pois até o momento são feitas de formas variadas nos municípios. Klei sugeriu automatizar estas informações devido a praticidade e disponibilidade de tempo. Nilson sugeriu mencionar as fontes para se extrair as informações. Valmir comentou que objetiva o comparativo com os demais municípios, para possíveis consultas dos prefeitos ou secretários. Valmir pediu discutir na próxima reunião estas informações. Valmir propôs grupos de estudos com tópicos a serem apresentados. Nilson sugeriu para que se tenha resoluções dos assuntos, auxiliando principalmente contadores recém ingressados na gestão pública. Após foi comentado sobre alerta de metas bimestrais. Klei questionou sobre como proceder e se há necessidade de limitar empenho por decreto. Valmir orientou que deve ser feita limitação por fonte de recurso. O Contador Vânio comentou que o objetivo da limitação de empenho é evitar déficit orçamentário e financeiro. Questionou sobre transferência de dotação da Prefeitura para o Fundo se pode ser considerado um excesso de arrecadação. Darci comentou que só seria excesso na Prefeitura, suplementando por excesso na transferência. Nilson questionou sobre transferências ao Fundo se haveria necessidade de alterar o PPA. O Contador Evaldo afirmou que só necessita fazer alterações na LOA. Apenas para abrir programas novos precisa alterar o PPA. Após Valmir pediu para que fosse escolhido em torno de seis assuntos, escolhendo os temas para se discutir nas próximas reuniões. Ivo sugeriu o assunto Provisões. Valmir pediu para aguardar reunião que ocorrerá dia vinte e sete de julho, no Ciclo de Estudos, promovido pelo TCE, onde será abordado tal assunto. Klei questionou limite de precatórios e suas correções. Valmir orientou que deve-se suplementar acima do valor previsto. Nilson sugeriu o assunto Consórcios, no setor público e privado. Darci pediu para aguardar o grupo de estudos da FECAM que irão verificar o assunto. Ademir sugeriu o assunto Pagamento em Ordem Cronológica. Após foi formado grupo de estudos decidindo que, para a próxima reunião, será apresentado o assunto Alteração Orçamentária, conduzidos por Gerson, João e Klei. Outro assunto que também será exposto na próxima reunião será Limitação de Empenho, apresentados por Sirlene, Jairo e Luis Carlos. DCTF será exposto por Jairo, Carlos e Darci. Valmir repassou os livros sobre Manual da Contabilidade Aplicado ao Setor Público para alguns municípios que não participaram do Sexto Congresso Catarinense de Secretários de Finanças, Contadores Públicos e Controladores Internos Municipais, ocorrido em Piratuba. Para a próxima reunião ficou escolhida a cidade de Taió, provavelmente para o dia seis de agosto. Nilson pediu para que confirmem a presença até terça-feira, dia três de agosto. Após o contador Wagner prestou contas das mensalidades, somando o valor, até dia vinte e três de junho, de 2.249,83 (dois mil, duzentos e quarenta e nove reais e oitenta e três centavos). Nada mais havendo a tratar, eu, Adriana R. S. A. de Oliveira, lavrei a presente ata, assinada por mim e por todos os presentes.